



Ourofino Saúde Animal Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70

Relatório da Administração 2017

Aos Acionistas: A administração da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. (a Companhia) e suas controladas (conjuntamente denominadas "Ourofino" ou "Grupo") submete à apreciação e aprovação de V.Sas. O presente relatório da administração, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Mensagem da administração
Estamos satisfeitos com o resultado alcançado em 2017. Como destacado ao longo do tempo de 2017, conseguimos retomar os níveis históricos de rentabilidade da Companhia, após enfrentar grandes desafios em 2016. As receitas líquidas cresceram 11% no ano atingindo R\$ 505 milhões, nosso EBITDA ajustado cresceu 134% e alcançou R\$ 104 milhões com margem acima de 20%. Nosso lucro líquido ajustado somou R\$ 45 milhões com margem de 9% e dobramos a geração de caixa operacional para R\$ 120 milhões, reduzindo a nossa dívida líquida a patamar abaixo de 2x dívida líquida sobre EBITDA ajustado. Em animais de produção, a receita líquida foi de R\$ 398 milhões com crescimento de 11% em relação a 2016 e a margem bruta ficou acima de 50%. Colhemos os frutos dos trabalhos com foco em incremento de rentabilidade que foram realizados, dentre os quais a redução dos volumes de produtos de menor margem e ganhos de preço por toda linha, incluindo melhor momento no mercado de vacinas contra febre aftosa. Em animais de companhia, a receita líquida foi de R\$ 61 milhões, aumento de 12% comparado a 2016. As condições macroeconômicas vêm melhorando desde o início do 2º semestre de 2017 e podemos observar ainda reduções nos níveis de estoques dos distribuidores, trazendo boas perspectivas de crescimento para esse segmento. Em operações internacionais, houve crescimento de 10% na receita líquida, impactado negativamente por efeitos de câmbio. Adicionalmente, seguimos nossa estratégia de registro de produtos no México e Colômbia, que aumentará o nosso portfólio, criando condições para o crescimento desses mercados. Estamos confiantes que 2018 será um grande ano e o time continua motivado para acelerar o crescimento do negócio, com atenção constante a todas as ações que fizemos de 2017 um ano de resgate dos valores da Companhia. Continuaremos fazendo nossos processos de maneira ágil e simples, alinhados ao nosso propósito de Reimaginar a Saúde Animal. Agradecemos aos nossos colaboradores durante a reestruturação pela qual passamos e reafirmamos nosso compromisso em manter a geração de valor da Companhia.

Jardel Massari – Presidente **Kleber Gomes** – CFO e DRI

Breve Histórico
A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com sede em Cravinhos, estado de São Paulo. Foi constituída em 10 de abril de 2014 e tem como objeto social e atividade preponderante a participação em sociedades que atuam na indústria de saúde animal (produção e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários) por meio de 3 segmentos de negócio: **Animais de Produção:** Representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos (anti-inflamatórios, antibióticos, anticoccidianos, antiparasitários, ectoparasiticidas, endectocidas, endoparasiticidas, hemoparasiticidas, inoculantes, terapêuticos, produtos para a reprodução animal (IATF), vacinas, além de adjuvantes melhoradores de performance, probióticos e outros produtos veterinários para bovinos, suínos, aves, equinos, caprinos e produção de serviços de industrialização para outras empresas do setor. **Animais de Companhia:** Representa a fabricação e comercialização no mercado interno de medicamentos (anestésicos, sedativos, anti-inflamatórios, antibióticos, antimicrobianos, dermatológicos, ectoparasiticidas, endoparasiticidas, otológicos) e outros produtos veterinários para cães e gatos; e **Operações Internacionais:** Representa a comercialização no mercado externo, principalmente para América Latina, de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e de companhia. Nos mercados Mexicano e Colombiano atuamos com equipe própria atuando nos mercados de Cravinhos, São Paulo, Rio de Janeiro e São Paulo. A seguir, apresentamos o histórico de crescimento da atuação da Companhia nesse país. Os anos de 2016 e 2017 foram marcados por grandes mudanças estruturais que objetivaram a retomada dos níveis históricos de rentabilidade da Companhia e os resultados já começaram a ser observados.

Sobre o Mercado
A indústria de saúde animal compreende a fabricação e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos destinados a animais de produção (ruminantes, substancialmente bovinos para carne e para leite, e aves e suínos) e animais de companhia (cães e gatos). Neste mercado atuam empresas nacionais e multinacionais, sendo que os principais players multinacionais são também (ou foram) grandes empresas da indústria farmacêutica de saúde humana com atuação global. A sazonalidade no setor decorre principalmente de fatores como clima, sistema de produção e manejo, além de características regionais. Considerando ainda que no Brasil os ruminantes representam 55% do mercado total de saúde animal (fonte: Coif/Sindan), a sazonalidade também é observada devido às campanhas nacionais de vacinação contra a febre aftosa no rebanho bovino (abril/março e outubro/novembro), com exceção para o estado de Santa Catarina. Como a vacinação é obrigatória, o pecuarista comumente procura associar a aplicação de outros produtos veterinários junto da vacina contra febre aftosa, racionalizando assim o manejo dos animais. A indústria veterinária atrelada ao mercado de proteína animal possui sólidos drivers de crescimento. Apesar de ser considerado um país em desenvolvimento, o consumo de carnes no Brasil situa-se nos patamares observados nas nações mais ricas, superando a cifra de 100 quilos por habitante por ano. Até os anos 70, a carne bovina representava mais de 50% do total de carnes consumido pelos brasileiros. A seguir, apresentamos o histórico de crescimento do consumo de carne bovina, comparada aos outros dois tipos de carne: a de frango (que é a menos consumida em nível nacional, tendo sido assim o mercado a ser conquistado e expandido. Em países desenvolvidos, o consumo de carne suína é aproximadamente de 70 quilos/habitante/ano. A pecuária bovina de corte está presente no cenário econômico nacional, desde a época colonial. Nas últimas décadas, a pecuária bovina de corte desenvolveu-se através da expansão da fronteira agrícola, com a incorporação de novas terras, sendo a maioria desprovida de infraestrutura e tendo deságio do solo pelo sistema intensivo de produção de grãos. A produção nacional sempre se caracterizou pelo sistema extensivo. Hoje nota-se uma inversão na ocupação das terras, pois há um forte processo de expansão da fronteira agrícola sobre a área anteriormente destinada à pecuária. Essa expansão das áreas agrícolas, junto do aumento do preço da terra, forçou a redução da pecuária extensiva, exigindo que o pecuarista se cada vez mais tecnificado para obter os melhores resultados em suas propriedades. Nesse contexto, o aumento da demanda por tecnologia torna-se fundamental para que o pecuarista mantenha seu negócio competitivo em termos de rentabilidade em comparação com as oportunidades apresentadas pela agricultura. Para dimensionar o avanço da pecuária e sua tecnificação, vale lançar mão da análise pelo efeito "pouca terra". Com a mesma produtividade de 1990, seriam necessários 419 milhões de hectares para a produção de carne bovina em 2014. Para 2018, continuamos acreditando no avanço dessa tendência de melhoria na produtividade.

de acordo com seu nível de tecnificação, ou seja, quanto mais arroubas por hectare o produtor consegue produzir, maior será seus investimentos em tecnificação, porém maior será sua rentabilidade. Sobre este panorama de melhoria da produtividade, está inserida a indústria veterinária, onde a demanda por produtos veterinários tem potencial crescimento pelos fatores já descritos como o baixo índice de tecnificação nas propriedades. O uso de tecnologias dentro das propriedades está ligado aos tratamentos curativos e cada vez mais sobre o uso de terapias preventivas, onde o produtor que busca maiores índices de produtividade utiliza um manejo proativo através da vacinação do rebanho. Além disso, outro produto utilizado é o potencial de melhoramento genético do rebanho brasileiro e o uso de protocolos de reprodução, com a técnica de inseminação artificial por tempo fixo (IATF). Sobre o uso de protocolos de IATF, que aumentam a produtividade dos pecuaristas, observamos cada vez mais a aderência por este tipo de tecnologia. O acompanhamento da taxa de desfrute, que é a produção em arrobas ou cabeças em determinado espaço de tempo em relação ao rebanho inicial, é um indicador que mostra essa evolução. Há 15 anos, essa taxa era em torno de 25% e hoje o índice encontra-se em 39%. Ainda é baixo se comparada a países mais desenvolvidos, ou seja, quanto maior a taxa de desfrute, maior a produção interna do rebanho. Posto isso, o incentivo ao uso de técnicas de reprodução como a IATF oferece vantagens como maior controle dos manejos nas propriedades com redução do intervalo entre os partos, otimização do uso da mão de obra, acompanhamento sistêmico do rebanho, menos descarte de animais por falta de prenhez, fatores diretamente ligados à produtividade nas fazendas. Há, portanto, espaço para expansão do mercado e da Companhia. (Fonte: CEPEA (média Brasil). Alíquotas a serviços é uma tendência mercadológica e a Ourofino faz valer esta máxima e se propõe a oferecer ao mercado as melhores soluções em saúde animal, contribuindo para a alta performance da cadeia produtiva de proteína. Em suma, todo o investimento em tecnologia deve ser acompanhado de investimento em capacitação da mão de obra, outra oportunidade de mercado que os Consultores Técnicos que entre outras funções realizam treinamentos aos pecuaristas, promovem palestras aos balconistas, dias de campo, realizam vacinação assistida dos produtos e acompanham os resultados. Esta equipe gera a demanda dos produtos da Companhia ao consumidor final e é também responsável por levantar as necessidades e oportunidades do campo, apresentar soluções e implementar protocolos e calendários sanitários. Além disso, o rebanho brasileiro passa por melhoramento genético com o aumento da utilização de raças europeias, que trazem precocidade, qualidade da carne e aumento de produtividade no leite, entre outras vantagens. A difusão desta genética gera a utilização de mais insusos, entre eles os medicamentos veterinários, tendo em vista a maior suscetibilidade destes animais aos desafios sanitários atualmente enfrentados no Brasil. Para os animais de companhia, os fatores a serem considerados são o aumento do número de animais de companhia nos lares brasileiros: a faixa etária da população que mais cresce está entre 30 e 49 anos; a média de filhos por mulher caiu drasticamente; o número de idosos tem subido; há aumento dos domicílios que moram apenas uma pessoa, segundo mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e o total de animais de estimação no país chega a 74 milhões (Fonte: Pnad e PNS). Além disso, segundo o relatório anual da APPA (Associação Americana de Produtos Pet na sigla em inglês), o mercado de produtos para animais de estimação dos Estados Unidos em 2015 foi de US\$ 60,3 bil. comparado ao mercado brasileiro de R\$ 5,4 bil em 2015, segundo a Abinpe (Associação Brasileira da Indústria de Animais de Estimação). Em que pese o fato do total de animais de estimação nos Estados Unidos ser de 144 milhões, ainda existe um potencial muito grande a ser explorado no mercado brasileiro. Alinhado ao potencial de mercado existe o fato da relação entre as famílias e seus animais de estimação ter se tornado cada vez mais emocional. A mudança de status dos pets é evidente. Eles deixaram de ser vistos como animais de estimação para se tornarem membros da família e ninguém deixa um ser que "ama" sem itens fundamentais, como comida, banho, cuidados com a saúde, vacinas, etc. Em seu propósito de Reimaginar a Saúde Animal, a Ourofino trabalha em prol da longevidade dos animais de companhia buscando inovação contínua e está diretamente inserida neste contexto. Todo este panorama e a mudança de perfil populacional possibilitam a expansão do mercado Pet de modo significativo, o que vem sendo observado com crescimento médio anual de aproximadamente 17,4% entre 2011 e 2016 (Fonte: Sindan). **Faturamento do Mercado Veterinário:** O ano de 2016 resultou numa das piores evoluções já registradas no setor. Com uma evolução de 2% frente a 2015, o mercado veterinário também sofreu com o cenário macroeconômico enfrentado pelo país. Ainda não há dados oficiais do exercício de 2017 fechado, no entanto projeta-se uma evolução de mais de 6% frente a 2016, indicando a retomada dos crescimentos históricos para este segmento. Assim como certa instabilidade de preços de vacinas contra febre aftosa e o mercado de aves e suínos sob pressão dos preços de grãos, a melhoria de consumo interno (proteínas) com a reversão da crise e a abertura de novos mercados para exportação tem trazido melhores expectativas ao setor. Além da melhoria do poder de compra da população que se reflete diretamente nos cuidados com os animais de companhia.

Indústria Brasileira de Saúde Animal – R\$ bilhões
CAGR (11-17) = 7,7%
Fonte: 2011 a 2016, Sindan (site); * 2017 estimado pela Companhia.

Evolução do Market Share – Animais de Produção
Fonte: PPE Sindan (Ourofino)

Evolução do Market Share – Animais de Companhia
Fonte: PPE Sindan (Ourofino)

Desempenho Econômico e Financeiro
Desempenho Financeiro – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Receita líquida 456,6 505,3 10,7%
Custo dos produtos vendidos (230,5) (237,7) 3,1%
Lucro bruto 226,1 267,6 18,4%
(margem bruta) 49,5% 53,0% 3,5 p.p.
Despesas* (207,3) (189,8) -8,4%
Lucro operacional 18,8 77,8 313,8%
(margem operacional) 4,1% 15,5% 11,3 p.p.
Resultado financeiro líquido (22,2) (16,8) -24,3%
Imposto de renda e contribuição social 5,7 (15,6) -373,7%
Lucro ajustado 2,3 45,4 1873,9%
(margem lucro ajustado) 0,5% 9,0% 8,5 p.p.
EBITDA ajustado 44,4 103,7 133,6%
(margem EBITDA ajustado) 9,7% 20,5% 10,8 p.p.
(*) Em 2016 não considera despesas não recorrentes de PDD da Venezuela, rescisão de diretor estatutário e gastos com reestruturação. Em 2017 não considera despesas não recorrentes da consultoria Falconi, liquidação de autos de infração de exercícios anteriores e gastos com reestruturação. Os eventos tiveram seus respectivos efeitos tributários.

Recursos Humanos
Em 2017, a Companhia apresentou receita líquida de R\$ 505,3 milhões, um aumento de 10,7% em relação a 2016. Seu desempenho de desempenho dos segmentos: O segmento de Animais de Produção apresentou receita líquida de R\$ 397,7 milhões em 2017, um aumento de 10,6% em relação a 2016. O crescimento reportado reflete o resultado das ações tomadas pela nova gestão. O segmento de Animais de Companhia obteve receita líquida de R\$ 61,0 milhões em 2017 com crescimento de 11,9% em relação a 2016. Esse resultado reflete a recuperação do mercado com níveis de estoques saudáveis nos distribuidores. O segmento de Operações Internacionais apresentou receita líquida de R\$ 46,6 milhões em 2017, um aumento de 9,9% comparado a 2016 e impactado negativamente por câmbio.

Lucro Bruto e Margem Bruta – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Lucro bruto 226,1 267,6 18,4%
(margem bruta) 49,5% 53,0% 3,5 p.p.
Lucro bruto para animais de produção 163,0 201,0 23,9%
(margem bruta para animais de produção) 45,3% 50,5% 5,2 p.p.
Lucro bruto para animais de companhia 38,3 42,7 11,5%
(margem bruta para animais de companhia) 70,3% 70,0% -0,3 p.p.
Lucro bruto para operações internacionais 24,8 23,9 -3,6%
(margem bruta para operações internacionais) 58,5% 51,3% -7,2 p.p.
A margem bruta em 2017 foi de 53,0%, um aumento de 3,5 p.p. em relação a 2016. O segmento de Animais de Produção apresentou margem bruta de 50,5% em 2017 com aumento de 5,2 p.p. em comparação com 2016. A expansão de margem se deu em função de melhor apresentação no segmento. O segmento de Animais de Companhia apresentou margem bruta de 70,0% em 2017, com leve recuo de 0,3 p.p. em relação a 2016. O segmento de Operações Internacionais apresentou margem bruta de 51,3% em 2017, com recuo de 7,2 p.p. sobre a receita líquida em comparação com 2016. Essa queda decorre substancialmente de perdas de preço por efeito cambial no período.

Despesas com vendas, gerais e administrativas – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras (207,3) (189,8) -8,4%
Percentuais sobre receita líquida 45,4% 37,6% -7,8 p.p.
As despesas com vendas, gerais e administrativas de 2017 somaram R\$ 189,8 milhões, com diluição de 7,8 p.p. em relação a 2016. Essa diluição reflete o aumento de receitas líquidas alçadas aos esforços para redução de despesas na Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Lucro líquido ajustado 2,3 45,4 1873,9%
(+) Despesas não recorrentes, liquidez IR/CS* (7,6) (7,5) -1,3%
Lucro líquido do período (5,3) 37,9 -815,1%
(+) Resultado financeiro líquido 22,2 16,8 -24,3%
(+) Imposto de renda e contribuição social (8,0) 11,7 -246,3%
(+) Depreciação e amortização 21,9 24,9 13,7%
EBITDA 30,8 91,3 196,4%
(+) Despesas não recorrentes* 9,9 11,4 15,2%
(-) Outros 3,7 1,0 -73,0%
EBITDA Ajustado 44,4 103,7 133,6%
Receitas líquidas das vendas 456,6 505,3 10,7%
margem EBITDA 6,7% 18,1% 11,4 p.p.
margem EBITDA ajustado 9,7% 20,5% 10,8 p.p.
O EBITDA ajustado em 2017 totalizou R\$ 103,7 milhões com margem de 20,5%, um aumento de 10,8 p.p. em relação a 2016. O aumento da margem bruta e diluição das despesas com vendas, gerais e administrativas são os responsáveis pela melhora do EBITDA.

Resultado Financeiro – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Resultado financeiro líquido (22,2) (16,8) -24,3%
A despesa financeira líquida de 2017 ficou em R\$ 16,8 milhões, um decréscimo de 24,3% em relação a 2016. Esse resultado ocorreu em virtude da maior geração de caixa em 2017. Com isso, houve redução na dívida líquida, que havia atingido R\$ 264,6 milhões em 2016 e alcançou R\$ 200,2 milhões em 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Imposto de renda e contribuição social 5,7 (15,6) -373,7%
Percentual sobre o Lucro antes do IR e CS -167,6% -25,6% 142,0 p.p.
O imposto de renda e contribuição social em 2017 foi de R\$ 15,6 milhões. O efeito apurado é consequência da maior rentabilidade.

Lucro Líquido – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Lucro ajustado 2,3 45,4 1873,9%
(margem lucro ajustado) 0,5% 9,0% 8,5 p.p.
O lucro líquido ajustado de 2017 foi R\$ 45,4 milhões, contra R\$ 2,3 milhões em 2016. Esse resultado é reflexo do crescimento do EBITDA pelos fatores comentados anteriormente somado à redução observada na despesa financeira líquida.

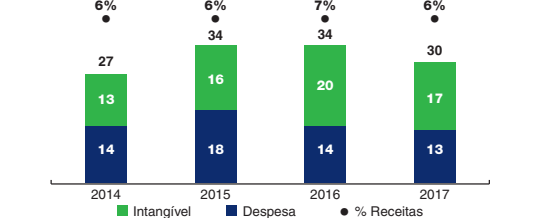
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O grupo tem como uma de suas principais metas manter-se na vanguarda tecnológica do segmento, investindo continuamente em pesquisa e desenvolvimento. A estrutura de P&D conta com 7 laboratórios internos para a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e uma equipe interna multidisciplinar com aproximadamente 100 pessoas, composta por veterinários, farmacêuticos, químicos, biólogos, biotecnólogos, engenheiros e administradores.

Laçamentos de 2017 – Como resultado dos nossos esforços de P&D, há os lançamentos em linha com nosso pipeline, como o Regepil, para animais de companhia, e o Superlion em embalagem de 5 litros, para animais de produção.

	NOME	Indicação	Classe terapêutica	Segmento	Mês Lançado
	Regepil	Feridas gerais, crônicas e localizadas em regiões de difícil cicatrização; Feridas cirúrgicas auxiliando na redução do índice de deiscência de feridas, Contribuir e acelerar o processo de cicatrização em animais com comprometimento fisiológico do mesmo por uma doença pré-existente.	Dermatológica	Animais de companhia	Junho de 2017
	Superlion 5L	Superlion é um ectoparasiticida pour on para bovinos, composto pela associação entre Fipronil e Fluzauron, indicado no controle estratégico de carrapatos e mosca-dos-chifres, e para o tratamento contra berms e miases.	Ectoparasiticida	Animais de Produção	Agosto de 2017

Em 2017, foram investidos aproximadamente 6% da receita líquida em P&D, totalizando R\$ 30 milhões. No gráfico abaixo, é possível verificar os investimentos totais da Companhia de 2014 até 2017.



Em 2017, foram investidos aproximadamente 6% da receita líquida em P&D, totalizando R\$ 30 milhões. No gráfico abaixo, é possível verificar os investimentos totais da Companhia de 2014 até 2017.

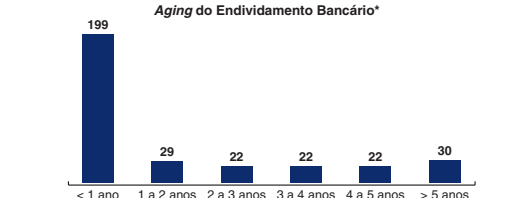
Governança Corporativa – Novo Mercado

Realizamos nossa oferta pública inicial de ações (IPO) em outubro de 2014, participando do Novo Mercado da B3, seguindo da bolsa de valores com as maiores exigências em relação a transparência e práticas de governança corporativa. A listagem nesse segmento especial implica na adoção de um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente. **Conselho de Administração/Diretoria estatutária:** O Conselho de administração é composto por seis membros, dos quais quatro externos e independentes, segundo as definições do novo mercado. A diretoria executiva estatutária da Companhia é composta por dois diretores. A lista com o nome, descrição de cargo e breve currículo dos conselheiros e diretores pode ser encontrada no formulário de Referência da Companhia, na seção de relação com investidores no www.ourofino.com.br. **Conselho fiscal:** O Conselho fiscal é um órgão fiscalizador independente da diretoria e do Conselho de administração, que busca, através dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da organização. É composto por três membros externos e independentes e suas atribuições estão previstas no artigo 163 da Lei 6.404/76 e no Estatuto da Companhia. **Comitê de auditoria estatutária:** Órgão consultivo de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de administração, com a finalidade de: (i) analisar a contratação e destituição da auditoria independente; (ii) revisar e supervisionar as atividades de auditoria interna; (iii) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos e informações contábeis; (iv) avaliar e monitorar a exposição de risco; e (v) avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e Auditoria Interna a adequação das transações com partes relacionadas. Atualmente, o comitê de auditoria é composto por 3 membros externos independentes eleitos pelo Conselho de administração, sendo presidido por um membro independente do Conselho de administração. **Comitê de recursos humanos:** Auxílio ao Conselho de administração na definição das políticas de remuneração e de benefícios dos conselheiros e diretores. O Comitê de recursos humanos conta com 3 membros eleitos pelo Conselho de administração, dos quais 2 são externos sendo presidido por um membro independente do Conselho de administração. **Relacionamento com os auditores independentes:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados a auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Neste contexto, durante o exercício de 2017, em dezembro de 2017, foram contratados serviços adicionais. **Arbitragem:** Pelo Regulamento do Novo Mercado, o Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, através do arbitragem. Também serão resolvidas por arbitragem as divergências quanto à alienação de controle. **Dedicação da diretoria estatutária:** Em conformidade com o inciso VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 450/09, os diretores da Ourofino declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

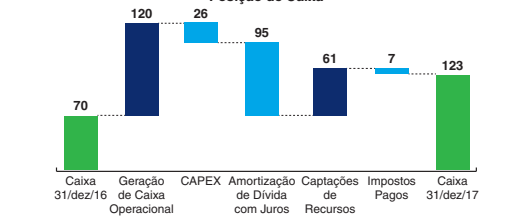
Recursos Humanos

Em 2017, a Diretoria de Recursos Humanos e Sustentabilidade, passou por uma intensa reestruturação buscando resgatar as diferenças da companhia que fazem com que competências individuais sejam fortalecidas para o trabalho em equipe, trazendo ainda mais resultados no coletivo, junto a um RH estratégico e preparado para atuar nas mais diversas condições a que a companhia possa estar sujeita. O RH desempenha um papel fundamental no processo de incorporação do propósito da Companhia, uma vez que ele prepara e insere as pessoas na estratégia de negócios. Por isso, em 2017 iniciamos um processo de mudanças necessárias focadas na integração das áreas, melhoria no desempenho e consequentemente no clima organizacional. Realizamos o intenso processo de engajamento do público interno através dos "Diálogos de RH", onde foi possível mapear e atuar nas principais necessidades de nosso público interno e que pudessem impactar nos resultados alcançados por nossa equipe. Além disso, investimos nossos esforços em uma extensa revisão de cargos e funções, focadas em desenvolver um plano de carreira e remuneração ainda mais robusto, que nos permitiria aprimorar nossos processos de desenvolvimento e gestão de pessoas. Ainda neste ano, evoluímos

Endividamento – Em R\$ milhões
31/12/2016 31/12/2017
Circulante 73,6 190,2
Mão circulante 241,9 122,9
Dívida Bruta 315,5 313,1
Instrumentos financeiros derivativos vinculados 19,4 10,5
Dívida Bruta com derivativos vinculados 334,9 323,6
(-) Caixa e equivalentes de caixa 70,3 123,4
Dívida Líquida 264,6 200,2
Custo médio da dívida (ano)* 9,11% 6,84%
Dívida líquida/EBITDA anual ajustado LTM 5,96 1,93
* Dívida líquida bancária considerando derivativos vinculados e custos de fianças bancárias



* Considera o período entre 1 a 2 de janeiro e 31 de dezembro e 4 a 5 anos > 5 anos

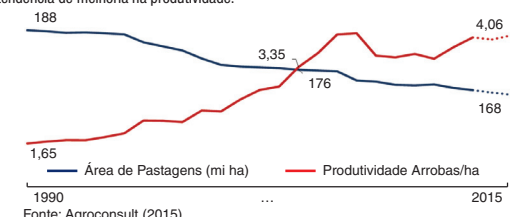


Em 2017, houve geração operacional de caixa de R\$ 120 milhões, dobrando o volume em relação a 2016 e em linha com os esforços da companhia para redução dos prazos médios de recebimento das vendas que recuaram para 116 dias, comparados aos 130 dias em 2016 e aos 154 dias em 2015. Destacam-se, ainda, a amortização de dívidas e pagamentos de juros totalizando R\$ 95 milhões, além de captações de R\$ 61 milhões com impacto no custo médio de dívida que recuou de 9,1% em 31 de dezembro de 2016 para 6,8% em 31 de dezembro de 2017.

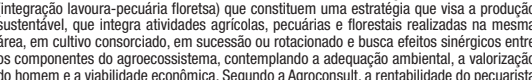
Unidades Industriais

Nossas fábricas estão situadas em Cravinhos, São Paulo, sendo: Fábrica de medicamentos de saúde animal, considerada uma das mais modernas da América Latina, com aproximadamente 24.840m² de área construída. O projeto foi concebido conforme os preceitos das "Good Manufacturing Practices (GMP)". São atendidos conceitos das normas aplicáveis do Ministério de Agricultura (MAPA) incorporando conceitos das mais rigorosas normas regulamentares mundiais como as emitidas pelo "Food and Drugs Administration – FDA", dos Estados Unidos, e pela "European Medicines Agency – EMA", da União Europeia. Fábrica de vacina contra febre aftosa, com aproximadamente 5.651m² de área construída e equipada com um laboratório bioseguro (nível Bio 4), certificada pelo MAPA. Fábrica de Biológicos, com aproximadamente 6.842m² de área construída. São atendidos conceitos das normas aplicáveis do MAPA incorporando conceitos das mais rigorosas normas regulamentares mundiais como as emitidas pelo "Food and Drugs Administration – FDA" e "U.S. Department of Agriculture – USDA", ambos dos Estados Unidos, e pela "European Medicines Agency – EMA", da União Europeia. O licenciamento junto ao MAPA ocorreu no ano de 2017, e em 2018 iniciam-se os testes finais para entrada em operação.

Desempenho Econômico e Financeiro
Desempenho Financeiro – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Receita líquida 456,6 505,3 10,7%
Custo dos produtos vendidos (230,5) (237,7) 3,1%
Lucro bruto 226,1 267,6 18,4%
(margem bruta) 49,5% 53,0% 3,5 p.p.
Despesas* (207,3) (189,8) -8,4%
Lucro operacional 18,8 77,8 313,8%
(margem operacional) 4,1% 15,5% 11,3 p.p.
Resultado financeiro líquido (22,2) (16,8) -24,3%
Imposto de renda e contribuição social 5,7 (15,6) -373,7%
Lucro ajustado 2,3 45,4 1873,9%
(margem lucro ajustado) 0,5% 9,0% 8,5 p.p.
EBITDA ajustado 44,4 103,7 133,6%
(margem EBITDA ajustado) 9,7% 20,5% 10,8 p.p.
(*) Em 2016 não considera despesas não recorrentes de PDD da Venezuela, rescisão de diretor estatutário e gastos com reestruturação. Em 2017 não considera despesas não recorrentes da consultoria Falconi, liquidação de autos de infração de exercícios anteriores e gastos com reestruturação. Os eventos tiveram seus respectivos efeitos tributários.



Fonte: PPE Sindan (Ourofino)



Fonte: PPE Sindan (Ourofino)

Desempenho Econômico e Financeiro
Desempenho Financeiro – R\$ Milhões
2016 2017 Variação %
Receita líquida 456,6 505,3 10,7%
Custo dos produtos vendidos (230,5) (237,7) 3,1%
Lucro bruto 226,1 267,6 18,4%
(margem bruta) 49,5% 53,0% 3,5 p.p.
Despesas* (207,3) (189,8) -8,4%
Lucro operacional 18,8 77,8 313,8%
(margem operacional) 4,1% 15,5% 11,3 p.p.
Resultado financeiro líquido (22,2) (16,8) -24,3%
Imposto de renda e contribuição social 5,7 (15,6) -373,7%
Lucro ajustado 2,3 45,4 1873,9%
(margem lucro ajustado) 0,5% 9,0% 8,5 p.p.
EBITDA ajustado 44,4 103,7 133,6%
(margem EBITDA ajustado) 9,7% 20,5% 10,8 p.p.
(*) Em 2016 não considera despesas não recorrentes de PDD da Venezuela, rescisão de diretor estatutário e gastos com reestruturação. Em 2017 não considera despesas não recorrentes da consultoria Falconi, liquidação de autos de infração de exercícios anteriores e gastos com reestruturação. Os eventos tiveram seus respectivos efeitos tributários.

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	29	567	123.360	70.325
Contas a receber de clientes	10		160.663	162.478	
Estoques	11		108.578	131.303	
Tributos a recuperar	12		4.748	4.877	
IRPJ e CSLL a recuperar			4.177	5.107	
Partes relacionadas	27	5.666	69	256	303
Outros ativos		13	5.514	5.529	
		5.708	636	407.296	379.922
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	12	402	113	49.664	42.643
IRPJ e CSLL diferidos				12.412	17.098
Partes relacionadas	27	6.000	165	165	
Estoques	11			5.137	
Outros ativos				2.130	2.806
		6.402	278	69.343	62.985
Investimentos em controladas	5	403.742	375.630		
Intangível	14			86.721	87.158
Imobilizado	15			246.867	245.801
		410.144	375.908	402.531	395.654
Total do ativo não circulante					
			410.144	375.908	402.531
Total do ativo			415.852	376.544	810.227

Passivo e patrimônio líquido
Circulante
Fornecedores 16 14 27.915 23.316
Instrumentos financeiros derivativos 9 9 9.179 8.820
Empréstimos e financiamentos 17 17 190.233 73.550
Salários e encargos sociais 114 114 22.180 17.299
Tributos a recolher 667 55 4.153 4.053
RPJ e CSLL a pagar 578 578 1.056 1.056
Dividendos e juros sobre o capital próprio 9.051 9.051 9.051 9.051
Partes relacionadas 27 36 41 168 355
Comissões sobre vendas 61 8.1

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL									
	38.108	(5.206)	49.558	(13.350)		(2.246)	(2.578)	99.503	42.242
Fluxos de caixa das atividades de investimentos									
Adiantamentos para futuro aumento de capital									
	5	(24.565)				5	(24.565)		
Aplicações de recursos em ativos intangíveis									
	14			(17.649)		14		(17.649)	(22.954)
Aquisição de imobilizado									
	15			(14.197)		15		(14.197)	(62.301)
Recebimento de lucros e juros sobre o capital próprio									
	5	26.273	18.892		5	26.273	18.892		
Valor recebido pela venda de imobilizado									
			729	1.281				729	1.281
Valor recebido pela venda de ativos intangíveis									
			5.876					5.876	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais									
			1.708	18.892		1.708	18.892	(25.241)	(83.974)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Aumento de capital									
			218	218			218	218	218
Obtenção de empréstimos e financiamentos									
			59.950	188.196			59.950	188.196	188.196
Pagamentos de empréstimos e financiamentos									
			(66.534)	(73.894)			(66.534)	(73.894)	(73.894)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio									
			(16.433)	(16.433)			(16.433)	(16.433)	(16.433)
Instrumentos financeiros									
				(14.633)				(14.633)	(8.208)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento									
			(16.215)	(21.217)			(16.215)	(21.217)	89.879
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido									
			(538)	99			(538)	99	53.045
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício									
			8	567			8	567	468
Perdas cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa									
				(10)				(10)	(1.202)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício									
			8	29			8	29	567
As transações das atividades de financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na nota 29 (a).									

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Seção A – Informações gerais

1 Contexto

1.1 Contexto operacional: A Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Cravinhos, estado de São Paulo. A Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da BVM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BVM&FBOVESPA"). A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam no segmento de saúde animal, especificamente no desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e de companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2016, foi aprovada a incorporação da General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. ("GAOF"), com base em laudo de avaliação a valor contábil em 30 de junho de 2016, emitido por avaliadores independentes em 12 de agosto de 2016. A GAOF, holding de investimentos, adquiriu em 20 de outubro de 2014 participação societária na Companhia, de aproximadamente 14,27% do capital, pelo montante de R\$ 200.000, gerando registro de ativo fiscal fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (nos termos da Lei 9.532/97) no montante de R\$ 160.097, conforme demonstrado abaixo:

Participações S.A. em 30/09/2014	227.784
Aumento de capital com emissão de ações (IPO)	51.923
(a) Patrimônio líquido da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A., ajustado para apuração do ágio	279.707
(b) Participação percentual adquirida pela General Atlantic Ouro Fino Participações S.A.	14.27%
(c) Patrimônio líquido adquirido pela General Atlantic Ouro Fino Participações S.A. (a x b)	39.903
(d) Valor de aquisição	200.000
(e) Ágio fiscal gerado na operação (d-c)	160.097
(f) Benefício fiscal (e x 34%)	54.433

Conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99, 349/01 e 565/15, para fins da incorporação reversa, o valor do ágio inicialmente contabilizado pela GAOF foi reduzido até o limite do benefício fiscal esperado em decorrência de provável redução futura de tributos da Companhia. Após a incorporação, e tendo em vista a não expectativa de realização do benefício fiscal do ágio neste momento, a Administração optou pelo provisionamento total do saldo incorporado, tendo como contrapartida a mesma rubrica de reserva especial de ágio na incorporação onde o benefício foi inicialmente contabilizado. Neste contexto, não houve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 1º de março de 2018. **1.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 30. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terras e terrenos na data de transição para IFRS/CPCs, e que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que não passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **1.3 Mudanças nas políticas contábeis e expectativas:** A seguir indicamos a alteração de norma e que foi adotada pela administração para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017. **CPC 03/IAS 07 – Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa (Nota 29 (a)). Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2017 não são relevantes para o Grupo. **1.4 Consolidação:** A Companhia consolidada todas as entidades sobre as quais detém o controle, descritas na Nota 5 (a), de acordo com o descrito na Nota 30.1. **Seção B – Riscos**

2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment):** O impairment é estabelecido quando existe uma evidência objetiva de que as empresas não serão capazes de receber todos os valores, sendo a provisão calculada em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias possuídas. **(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela administração, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos. **(d) Perda (impairment) do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **(e) Provisão para contingências:** O Grupo é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas prováveis dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(f) Valor justo do plano de outorga de opções de compra de ações:** O valor justo atribuído às opções outorgadas foi determinado com base no modelo de precificação *Black-Scholes-Merton*, modelo este que leva em consideração o valor do ativo objeto, o preço de exercício, o tempo a decorrer até o exercício das opções, a probabilidade da opção ser exercida, a volatilidade histórica, a taxa de dividendos e a taxa de juros livre de risco. **(g) Perda (impairment) do ativo intangível:** Anualmente, o Grupo avalia a recuperabilidade (impairment) dos saldos de desenvolvimento de produtos no intangível, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentro outros aspectos: (i) Premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que o Grupo espera atingir; (ii) Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação; e (iii) Custos associados à comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagens. O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento, dependendo da estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro de provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil da Companhia apresentada na Nota 30.8. **(h) Provisão para ajuste de preços praticado nas vendas de vacinas contra febre aftosa:** Considerando a grande competitividade do mercado de vacinas contra febre aftosa e em consonância com as práticas deste mercado, no qual as negociações de preço podem se estender até o início da próxima campanha de vacinação, trimestralmente o Grupo avalia a situação do mercado de vacina contra a febre aftosa e analisa, com base em sua experiência, conhecimento acumulado sobre o setor, informações públicas sobre esse mercado e a demanda projetada para sua carteira de clientes, se existe necessidade de ajustes nos preços faturados. Quando faz-se necessário algum ajuste nos preços da vacina contra a febre aftosa, o mesmo é registrado reduzindo a receita líquida de vendas, no resultado do exercício, em contrapartida das contas a receber. Para o exercício final em 31 de dezembro de 2017, a Companhia negociou suas vendas de vacinas de febre aftosa a preços fixos, não havendo renegociação de preços após o efetivo faturamento e reconhecimento da receita e, portanto, não sendo requerida a avaliação da provisão acima mencionada.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro: As atividades das empresas do Grupo possuem riscos financeiros relacionados principalmente às variações cambiais, à flutuação das taxas de juros, ao risco de crédito e ao risco de liquidez. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir possíveis variações não esperadas nos resultados, advindas dos referidos riscos. O Grupo gerencia seus riscos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável e dispõe de um comitê financeiro que estabelece as estratégias de administração de tais exposições, podendo fazer uso de instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos para proteção contra esses riscos potenciais. São monitorados os níveis de exposição a cada risco de mercado (variação cambial e taxa de juros) e a sua mensuração inclui uma análise com base na exposição contábil e previsão de fluxos de caixa futuros. **(a) Riscos de mercado – (i) Risco cambial:** O risco cambial é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que o Grupo incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. A principal exposição no tocante à variação cambial refere-se à flutuação do dólar norte-americano. Para proteção dos riscos de variações cambiais, quando necessário, são utilizadas operações de derivativos, substancialmente *swap cambial*. Os *swaps*, classificados como derivativos de valor justo por meio do resultado, foram contratados para troca de encargos de empréstimos e financiamentos originalmente em moeda estrangeira para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Ganhos e perdas são reconhecidos em "Resultado financeiro" na demonstração do resultado. A seguir, são apresentados os saldos contábeis consolidados de ativos e passivos indexados ao dólar norte-americano:

	2017	2016
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	2.890	2.251
Contas a receber de clientes	8.031	7.504
Estoque	5.137	
Adiantamentos a fornecedores	3.260	855
	19.318	10.610
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(13.358)	(12.229)
Outros passivos	(14.641)	(12.229)
	(28.000)	(24.458)
Exposição líquida ativa (passiva)	4.677	(1.619)

O acompanhamento das variações entre os ativos e passivos em moeda estrangeira é feito regularmente, através do fluxo de caixa projetado de entradas e saídas de ativos e passivos cambiais. Ao longo do ano existem oscilações nas variações entre os ativos e passivos em moeda estrangeira podendo existir decréscimo ou não. Diante disso, de forma a mitigar os riscos incorridos pela possível exposição cambial, quando necessário podem ser contratadas operações de derivativos. O quadro não considera saldos de empréstimos e financiamentos de capital de giro em moeda estrangeira de R\$ 71.013 (2016 – R\$ 96.224) (Nota 17), por haver contratação de *swap cambial*. No quadro abaixo são considerados cinco cenários, considerando as variações percentuais das cotações de paridade entre o Real e o Dólar norte-americano (US\$).

Impacto da apreciação/ depreciação do dólar no saldo das carteiras	2017					2016				
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4	Cenário 5
(depreciação do US\$ – do US\$ – 25%)										
(depreciação do US\$ – do US\$ – 50%)										
(apreciação do US\$ – do US\$ – 25%)										
(apreciação do US\$ – do US\$ – 50%)										
(provável)	25%	50%	25%	25%	50%	25%	50%	25%	25%	50%
	19	(727)	(1.455)	727	1.455	19	(727)	(1.455)	727	1.455
	53	(2.021)	(4.042)	2.021	4.042	53	(2.021)	(4.042)	2.021	4.042
	34	(1.293)	(2.586)	1.293	2.586	34	(1.293)	(2.586)	1.293	2.586
	22	(920)	(1.841)	920	1.841	22	(920)	(1.841)	920	1.841
	82	(3.362)	(6.723)	3.362	6.723	82	(3.362)	(6.723)	3.362	6.723
	9	323	646	(323)	(646)	9	323	646	(323)	(646)

(ii) Riscos de taxa de juros: O Grupo possui risco de vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Os riscos de taxas de juros do Grupo decorrem predominantemente de empréstimos e financiamentos e busca manter uma relação estável em seu envidramento de curto e longo prazo. Quanto às aplicações financeiras, o indexador é o CDI. O Grupo busca manter uma relação estável em seu envidramento de curto e longo prazo. Quanto às aplicações financeiras, o indexador é o CDI. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. O Grupo entende que atualmente existe um equilíbrio entre as taxas de juros pré-fixadas, que representam 47,0% (2016 – 50,0%) e as taxas de juros pós-fixadas que representam 53,0% (2016 – 50,0%) dos seus empréstimos e financiamentos, proporcionando uma mitigação do risco em eventuais flutuações nas taxas de juros. **(b) Riscos de crédito:** O Grupo está potencialmente sujeito ao risco de crédito relacionado com as contas a receber dos clientes, aplicações financeiras e contratos de derivativos. Para limitar o risco associado com os ativos financeiros especialmente as aplicações financeiras e contratos de derivativos, o Grupo opta por instituições financeiras de primeira linha. O risco de crédito é mitigado pela pulverização da carteira de clientes, seleção criteriosa dos clientes por segmento de negócio (animais de produção e animais de companhia), além da utilização de instrumentos de garantias, estabelecimento de limites individuais de exposição e uma política de crédito bem definida, com utilização de uma modelagem de risco de crédito com atribuição de *rating* para cada cliente, amparada nos 30 meses de experiência de mercado. O Grupo dispõe de comitê de crédito que estabelece as diretrizes e avalia e monitora os níveis de riscos de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. Além dos mitigadores de risco estabelecidos nas políticas de crédito, o Grupo possui apólices de seguro de crédito que cobrem parte de suas vendas. O Grupo classifica sua carteira de clientes através de metodologias de análise de risco desenvolvidas internamente com o objetivo de classificar adequadamente o real risco de seus clientes. São atribuídos pesos para cada variável, entre elas histórico de pagamentos, tempo de relacionamento com o Grupo, tempo da empresa no mercado e entre outras variáveis, e a partir da combinação delas, é definido uma classificação de *rating* para cada cliente, com classificação de risco de crédito variando de "AA" até "E", sendo "AA" o maior risco e "E" o maior risco (Nota 7). **(c) Riscos de liquidez:** O Grupo adota uma política responsável de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é efetuado pela diretoria financeira, por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A previsão de fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas. A tesouraria monitora diariamente as previsões contidas no fluxo de caixa para assegurar que ela tenha recursos suficientes para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, o Grupo possui linhas de crédito pré-aprovadas disponíveis para aumentar e fortalecer a sua posição de liquidez. As disponibilidades de caixa são limitadas, principalmente, em Operações Compromissadas, correspondentes a instrumentos de alta liquidez. O Grupo mantém sua alavancagem de modo a não comprometer sua capacidade de pagamento e investimentos. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre o balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Consolidado	2017				2016			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2017								
Fornecedores	27.915				27.915			
Empréstimos e financiamentos (*)	203.066	32.901	74.271	31.335	203.066	32.901	74.271	31.335
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	9.179	1.272			9.179	1.272		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	9.051				9.051			
Demais passivos	40.139	1.180	2.755		40.139	1.180	2.755	
	289.350	35.353	77.026	31.335	289.350	35.353	77.026	31.335

Consolidado

Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 5 anos		Acima de 5 anos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Conforme balanço patrimonial						
Passivo – instrumentos financeiros derivativos						
Swap cambial						
Classificação						
Nível 2						
2017						
2016						

4 Apresentação de informações por segmento

O Conselho de Administração é o principal tomador de decisões e definiu os segmentos operacionais com base na tomada de decisões estratégicas sobre os negócios. Esses segmentos são: * Animais de produção – comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e

Demonstrações do Valor Adicionado

Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016		2017	2016	2017	2016
Receitas									
Vendas brutas de produtos e serviços									
				550.442				508.160	
Outras receitas									
				1.460				(1.686)	
Receitas relativas à construção de ativos próprios									
				15.635				20.234	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa									
	10			(987)				(7.423)	
				566.550				519.285	
Insumos adquiridos de terceiros									
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados									
				(188.476)				(172.456)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros									
				(786)				(1.277)	
Perdas de valores ativos, líquidos									
				(17.560)				(11.336)	
				(786)				(1.277)	
				(333.525)				(324.339)	
Valor adicionado (distribuído) bruto									
	14 e 15			233.025				194.946	
Valor adicionado (distribuído) líquido produzido pela entidade									
				(786)				(1.277)	
Valor adicionado recebido em transferência									
Resultado de equivalência patrimonial									
	5	41.265	(2.419)						
Receitas financeiras									
				16				29	
				11.228				30.032	

Nota

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	2017	2016
AA	46.802	45.077
A	68.898	67.022
B	18.849	24.731
C	13.441	11.687
D	12.966	8.547
E	7.202	7.891
	<u>168.158</u>	<u>168.955</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa
Estão representados por saldos em caixa e bancos e por aplicações financeiras em Operações Compromissadas e CDB com atualização média de 99,1% da variação da taxa dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) (2016 – atualização média de 85% do CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Em moeda local	—	6	5	6
Em moeda estrangeira	—	47	44	38

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações compromissadas	553	74.514	44.084	22.011
CDB	—	553	109.657	66.095
	<u>29</u>	<u>567</u>	<u>123.360</u>	<u>70.325</u>

	2017		2016	
	Passivo	Passivo	Passivo	Passivo
Swaps cambial	19.404	19.404	—	—
Não circulante	(1.272)	(10.584)	—	—
Circulante	9.178	8.820	—	—

Os valores de referência (notional) dos contratos de swaps cambial em 2017, correspondem a US\$ 21.000 mil (2016 – US\$ 28.961 mil).

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em moeda local	159.452	160.786	—	—
Contas a receber	(6.820)	(5.812)	—	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment)	152.632	154.974	—	—

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em moeda estrangeira	8.706	8.169	—	—
Contas a receber	(675)	(1.665)	—	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment)	8.031	7.504	—	—
	<u>160.662</u>	<u>162.478</u>	—	—

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment) é feita de forma individual para cada cliente e em regra geral foi constituída para os títulos vencidos há mais de 180 dias e que não possuem garantias. Para os demais títulos vencidos, a administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas. A movimentação da provisão está apresentada como segue:

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	6.477	2.760	—	—
Adição	1.460	8.077	—	—
Reversão	(473)	(654)	—	—
Variação cambial	31	(162)	—	—
Baixas definitivas	(3.544)	—	—	—
Saldo final	<u>7.495</u>	<u>6.477</u>	—	—

A constituição e a reversão da provisão para contas a receber (impairment) foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas" (Nota 21). Os valores são geralmente baixados da conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	57.948	81.728	—	—
Matérias-primas	30.163	36.861	—	—
Materiais de embalagem	8.582	10.551	—	—
Produtos em elaboração	9.654	5.292	—	—
Importações em andamento	1.575	231	—	—
Adiantamentos a fornecedores	7.193	876	—	—
Outros	6.691	5.532	—	—
Provisão para perdas nos estoques (Nota 18)	(8.091)	(9.768)	—	—
	<u>113.715</u>	<u>131.303</u>	—	—

(*) O montante de R\$ 5.137 refere-se a contrato de mútuo celebrado entre a controladora Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e o fornecedor Laboratório Biomega S.A. ("Biomega"). A liquidação ocorrerá através da entrega de mercadorias prevista para ocorrer até o primeiro semestre de 2020.

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em 1º de janeiro de 2016	618	4	—	—
Adições	677	6	—	—
Provisão para impairment	(3.721)	—	—	—
Variação cambial	(31)	(481)	—	—
Baixas	(614)	(614)	—	—
Amortização	(5.116)	(69.055)	—	—
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.264</u>	<u>993</u>	—	—
	<u>78.690</u>	<u>22.954</u>	<u>(3.721)</u>	<u>(31)</u>

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em 1º de janeiro de 2017	618	11	—	—
Adições	36	16.812	—	—
Provisão para impairment	(990)	(6)	—	—
Variação cambial	(22)	(1.361)	—	—
Baixas	(41)	(5.859)	—	—
Amortização	(6.491)	(10.791)	—	—
Em 31 de dezembro de 2017	<u>87.158</u>	<u>17.649</u>	<u>(990)</u>	<u>(28)</u>

O desenvolvimento e registro de produtos referem-se, aos gastos incorridos com novos medicamentos de R\$ 74.591 (2016 – R\$ 69.055). A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "Custo das vendas" (Nota 21). As premissas utilizadas para analisar a existência de impairment estão divulgadas na Nota 30.8. Em 2017, ocorreram baixas no montante de R\$ 3.044 referentes vendas de registros de produtos.

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em 01/01/2016	24.985	24.985	—	—
Adições	74.099	97	—	—
Variação cambial	(143)	(1.207)	—	—
Transferências	(4)	(567)	—	—
Baixas	(1)	(29)	—	—
Depreciação	(11.953)	(49)	—	—
Em 31/12/2016	<u>84.049</u>	<u>23.106</u>	<u>(11.953)</u>	<u>(49)</u>

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em 01/01/2017	24.985	24.985	—	—
Adições	1.667	1.667	—	—
Variação cambial	28	(826)	—	—
Transferências	1	(57)	—	—
Baixas	2	(14)	—	—
Depreciação	(51.744)	(1.079)	—	—
Em 31/12/2017	<u>245.802</u>	<u>14.978</u>	<u>(51.744)</u>	<u>(1.079)</u>

(i) Em 2017, ocorreram transferências que reduziram a conta de obras em andamento referentes à construção da nova fábrica de produtos biológicos (vacinas) por estar em processo de finalização. O saldo residual refere-se, substancialmente, a adequações desta fábrica no montante de R\$ 6.440 (2016 – R\$ 45.337). Os montantes de arrendamentos, operacionais e financeiros, não são significativos. Em 2017, o saldo de custos de empreendimentos capitalizados totaliza R\$ 767 (2016 – R\$ 693), a uma taxa média de 4,51% (2016 – 4,74%). Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 87.098 (2016 – R\$ 69.537), estão cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos (Nota 17). Aquisições de bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 781 (2016 – R\$ 2.845) foram financiadas por meio de operações de financiamento sob a modalidade Fianame ou leasing, as quais são consideradas transações que não envolvem caixa, portanto não foram consideradas na demonstração do fluxo de caixa como atividade de investimento e de financiamento.

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em moeda local	14.557	11.087	—	—
Em moeda estrangeira	13.358	12.229	—	—
	<u>27.915</u>	<u>23.316</u>	—	—

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em moeda estrangeira	3.03%	3,06%	—	—
Em moeda local	4,51%	4,74%	—	—
BNDES – FINEM	10,24%	—	—	—
BNDES – FINAME	10,18%	12,59%	—	—
Capital de giro	6,51%	6,67%	—	—
Capital de giro (i)	7,00%	—	—	—
Capital de giro (ii)	10,29%	10,46%	—	—
Arrendamento mercantil financeiro	8,66%	10,42%	—	—
	2024	133.584	165.385	—
	2025	28.802	—	—
	2018	39.799	38.339	—
	2023	847	1.270	—
	2018	20.011	6.160	—
	2018	9.507	5.454	—
	2020	2.286	2.606	—
	313.100	315.438	—	—
	(190.233)	(73.550)	—	—
	<u>122.867</u>	<u>241.888</u>	—	—

(i) Empréstimos e financiamentos captados pelas controladas Ouro Fino de México, S.A. de C.V. em pesos mexicanos e Ouro Fino Colômbia S.A.S em pesos colombianos. (a) **Garantias de empréstimos e financiamentos** – Os financiamentos destinados a Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento de produtos, contratados com a FINEP, estão garantidos por aval da parte relacionada Ouro Fino Participações e Empreendimentos S.A., Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A. e por fianças bancárias no montante de R\$ 895, além de garantias reais constituídas pela planta industrial de saúde animal localizada no município de Gravinhos-SP. Não há cobrança pela garantia prestada. Empréstimos para capital de giro e operações de arrendamento mercantil estão garantidos por meio de garantias fidejussórias da controladora e/ou dos acionistas controladores. Operações de Fianame são garantidas por meio de alienação

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	49.145	42.506	—	—
ICMS, PIS e COFINS sobre aquisições de imobilizado	974	1.488	—	—
IRRF	402	113	1.541	670
PI	459	342	—	—
PIS e COFINS	807	711	—	—
Outros	1.486	1.803	—	—
	<u>402</u>	<u>113</u>	<u>54.412</u>	<u>47.520</u>
	<u>(402)</u>	<u>(113)</u>	<u>(49.664)</u>	<u>(42.643)</u>
			<u>4.748</u>	<u>4.877</u>

Os créditos de ICMS são gerados, substancialmente, pela Ouro Fino Saúde Animal Ltda. (2017 – R\$ 48.724; 2016 – R\$ 41.604) e não são sujeitos a atualização monetária. A geração dos referidos créditos decorre de saídas com isenção nas operações dentro do estado de São Paulo e exportações e com redução de 60% na base de cálculo nas operações interestaduais, com manutenção integral/parcial dos créditos das entradas, conforme convênio ICMS 100/97. A partir da entrega do arquivo de custeio da Portaria CAT 83/2009 e homologação pelas autoridades fiscais, os saldos credores são convertidos em créditos acumulados passíveis de apropriação nos termos da legislação aplicável e poderão ser utilizados nas compras de insumos e máquinas e equipamentos e/ou transferidos para outras empresas do Grupo com relação de interdependência e que apuram regularmente ICMS a pagar. Atualmente, a Ouro Fino Saúde Animal Ltda. está em processo de entrega dos arquivos de custeio retroativos (Portaria CAT 83/2009), os quais devem ser entregues em ordem cronológica, desta forma, viabilizará a transformação do saldo credor em crédito acumulado, permitindo sua utilização nos termos descritos acima. A Administração, em conjunto com empresas de consultoria tributária e de sistemas, trabalha fortemente para viabilizar a entrega dos arquivos. Os créditos de ICMS relativos aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, no montante de R\$ 18.846, foram homologados pela fiscalização, sendo R\$ 11.048 liberados imediatamente para utilização. O saldo residual de R\$ 7.798 ficou temporariamente retido em virtude de autos de infração em discussão administrativa e obrigações relativas à entrega de arquivos eletrônicos nos termos da portaria CAT 83/2009. Até 31 de dezembro de 2017, todos os créditos liberados já haviam sido utilizados. O saldo credor contabilizado corresponde ao valor residual dos anos de 2010 a 2013, referentes aos valores retidos, e a totalidade do saldo credor dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, sendo que os pedidos de crédito acumulado serão realizados após da entrega do arquivo de credos nos termos da Portaria CAT 83/2009, os quais estão sendo preparados de forma consistente pela Administração, nos prazos previstos na Nesse contexto, a administração da Companhia entende que não há risco de não realização dos valores registrados, portanto, nenhuma provisão de crédito para perda se faz necessário.

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízos fiscais acumulados e bases negativas	326	792	—	—
Benefício fiscal de ágio incorporado (Nota 1.1)	54.433	54.433	—	—
Provisão para eventual não utilização de benefício fiscal de ágio incorporado (Nota 1.1)	(54.433)	(54.433)	—	—
Diferenças temporárias	11.041	12.308	—	—
Lucro não realizado nos estoques	4.435	7.524	—	—
Gastos pré-operacionais baixados	576	768	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	3.553	6.597	—	—
Mais valia – combinação de negócios	723	695	—	—
	<u>20.654</u>	<u>28.684</u>	—	—

Débitos tributários sobre:
Diferenças temporárias (7.878) (7.878)
Custo atribuído a terras e terrenos (364) (364)
Incentivo de PDBI – Depreciação acelerada (3.725) (3.725)
Variação cambial – regime de caixa (8.242) (11.603)
Total do ativo, líquido 12.412 17.081
Total créditos tributários diferidos 20.654 28.684
Total débitos tributários diferidos (8.242) (11.603)
O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados líquidos por empresa no balanço patrimonial. A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	17.081	5.558	—	—
Gastos pré-operacionais baixados	(192)	(192)	—	—
Prejuízos fiscais acumulados e bases negativas	(466)	147	—	—
Benefício fiscal de ágio incorporado (Nota 1.1)	54.433	54.433	—	—
Provisão para eventual não utilização de benefício fiscal de ágio incorporado (Nota 1.1)	(54.433)	(54.433)	—	—
Instrumentos financeiros derivativos	(3.044)	6.746	—	—
Provisões	(1.267)	4.886	—	—
Lucro não realizado nos estoques	(3.089)	3.957	—	—
Variação cambial – regime de caixa	3.725	(4.463)	—	—
Benefício de PDBI – Depreciação acelerada	(364)	—	—	—
Mais valia – combinação de negócios	28	442	—	—
Saldo final	<u>12.412</u>	<u>17.081</u>	—	—

Os montantes pelos exercícios estimados de sua compensação são os seguintes:
Ativo de imposto diferido a ser recuperado
em até 1 ano 18.202 23.398
de 2 a 5 anos 2.452 5.286
20.654 28.684
Passivo de imposto diferido a ser liquidado
em até 1 ano 364 3.725
depois de 5 anos 7.878 7.878
8.242 11.603

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em 01/01/2016	618	4	—	—
Adições	677	6	—	—
Provisão para impairment	(3.721)	—	—	—
Variação cambial	(31)	(481)	—	—
Baixas	(614)	(614)	—	—
Amortização	(5.116)	(69.055)	—	—
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.264</u>	<u>993</u>	<u>(3.721)</u>	<u>(31)</u>

	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Em 01/01/2017	618	11	—	—
Adições	36	16.812	—	—
Provisão para impairment	(990)	(6)	—	—
Variação cambial	(22)	(1.361)	—	—
Baixas	(41)	(5.859)	—	—
Amortização	(6.491)	(10.791)	—	—
Em 31 de dezembro de 2017	<u>87.158</u>	<u>17.649</u>	<u>(990)</u>	<u>(28)</u>

	2017		2016	

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	2017			2016				
	Lucro bruto nas vendas de mercadorias	Reembolso de "CSC" (i) Royalties	Outras despesas, líquidas	Resultado financeiro	Lucro bruto nas vendas de mercadorias	Reembolso de "CSC" (i) Royalties	Outras despesas, líquidas	Resultado financeiro
			(538)	(4.482)			(557)	(1.508)
	4	2.220	(2.634)	(4.470)	29	2.700	(3.637)	(1.496)

(i) Outros ativos e passivos – Os outros ativos e passivos estão representados por ressarcimentos de despesas, principalmente, gastos incorridos com o Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), conforme contrato de compartilhamento de despesas celebrado em 30 de setembro de 2014. **(ii) Adiantamentos para futuro aumento de capital** – Em 2017, foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital para a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. no montante de R\$ 6.000. **(iii) Empréstimos e financiamentos** – Os empréstimos e financiamentos referem-se à parte relacionada BNDES Participações S.A., em condições similares àquelas praticadas com partes independentes (Nota 17). **(b) Remuneração dos administradores** – O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários, cuja remuneração é autorizada pela Assembleia Geral Ordinária. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2017	2016
Salários	2.016	2.746
Encargos trabalhistas	380	291
Pagamentos com base em ações	195	489
Benefícios diretos e indiretos	129	182
Remuneração variável	75	1
Indenizações pagas	3.041	6.750
	<u>2.795</u>	<u>6.750</u>

Apesar de a Administração da Companhia entender que as despesas com os pagamentos com base em ações não possuem natureza remuneratória, os montantes lançados a este título estão demonstrados nesta Nota de acordo com as divulgações exigidas no CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

28 Cobertura de seguros

Como parte de sua política de gerenciamento de riscos, o Grupo mantém coberturas de seguros para riscos operacionais e de responsabilidade civil. As apólices atuais possuem vigência de um ano, conforme quadro abaixo:

Bens segurados	Riscos cobertos	Limite máximo de garantia/ indenização	
		Jan/17 à Dez/17	Jan/18 à Dez/18
Ativos imobilizados e estoques	Incêndio, raios, explosão, danos elétricos, vendaval e lucros cessantes	380.000	442.000
Risco civil-Produtos	Dano a terceiros causados por produtos fabricados ou distribuídos	10.000	10.000
Risco civil-Administradores	Dano a terceiros decorrentes de atos dos administradores no exercício de suas funções		30.000

29 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

(a) Reconciliação da dívida líquida

	Emprés-timos e financia-mentos	Instrumen-tos financeiros deriva-tivos, líquidos	Caixa e equiva-lentes de caixa	Dívida líquida
Dívida líquida em 1º/01/2016	216.487	(437)	(23.380)	192.670
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	103.834	(8.208)	(48.147)	47.479
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Aquisições de imobilizado	2.845			2.845
Variações cambiais e juros	(7.728)	28.050	1.202	21.524
Dívida líquida em 31/12/2016	315.438	19.405	(70.325)	264.518
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(20.224)	(14.633)	(53.045)	(87.902)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Aquisições de imobilizado	781			781
Variações cambiais e juros	17.105	5.679	10	22.794
Dívida líquida em 31/12/2017	313.100	10.451	(123.380)	200.171

30 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **30.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras: (a) Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas; • **Relatório anual da Administração,** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e • **Proposta da Administração,** especificamente sobre os assuntos previstos no artigo 163, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. O Conselho Fiscal, com base nas análises periódicas efetuadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração, e, considerando ainda, a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia em 01 de março de 2018 e o parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 02 de março de 2018, apresentado

o método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da futura correspondente. **30.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido ("pro rata temporis"), usando o método da taxa efetiva. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **30.13 Benefícios a empregados: (a) Previdência privada:** O Grupo patrocina um plano previdenciário do tipo "contribuição definida" para seus empregados. Nos planos de contribuição definida, as empresas pagam contribuições ao plano de pensão de administração privada em bases contratuais e assim que as contribuições tiverem sido realizadas, as empresas não têm obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do exercício em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal. **(b) Participação nos lucros:** As provisões são calculadas com base nas metas quantitativas e qualitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com pessoal no resultado do exercício. **(c) Remuneração com base em ações:** A Companhia possui, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, um plano de remuneração com base em ações (*Stock Options*), segundo o qual recebe os serviços de seus executivos e terceiros como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas. O prêmio dessas opções, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao Patrimônio líquido, durante o período de carência. **30.14 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. As receitas de venda são ajustadas para refletir os efeitos de um componente de crédito entre a comercialização de produtos e serviços e o momento em que o cliente paga por esses produtos ou serviços é superior a um ano. Quando aplicável, o ajuste a valor presente nas operações de venda a longo prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica de "Receita Financeira", pela fruição do prazo. **30.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio, em virtude de em substância representar redução da taxa efetiva de imposto de renda e de contribuição social, é reconhecido na demonstração de resultado. **30.16 Novas normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros** aborda a classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração concluiu que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, principalmente considerando que não possui operações designadas como *hedge* na data de divulgação destas demonstrações financeiras. A Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, mesmo levando em consideração a mudança no modelo de redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros prevista no IFRS 9/CPC 48. Tendo em vista a baixa inadimplência histórica, a mudança no critério de perdas incorridas para perdas esperadas não traz grandes efeitos para a Companhia. • **IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – "Contratos de Construção", IAS 18 – "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração realizou avaliação dos impactos da adoção em 2018, e levando em consideração o modelo de negócio adotado para a venda e distribuição de seus produtos, entende que não haverá impacto na mensuração das receitas e no momento de reconhecimento das mesmas. As vendas do Grupo são substancialmente realizadas para revendas agropecuárias ou distribuidores e a transferência do controle coincide com o princípio de riscos e benefícios anteriormente adotado. • **IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil** – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

Conselho de Administração

Norival Bonamichi Presidente do Conselho de Administração	José Francisco Hintze Júnior Vice-Presidente do Conselho de Administração	Jardel Massari Conselheiro de Administração	Martin Emiliano Escobari Litchitz Conselheiro Independente	Luiz Antonio Santos Baptista Conselheiro Independente	Marcio Guedes Pereira Júnior Conselheiro Independente
--	--	--	---	--	--

Conselho Fiscal

José Paulo Marques Netto Conselheiro Fiscal	Francisco Vicente Santana Telles Conselheiro Fiscal	César Augusto Campeiz Neto Conselheiro Fiscal	Jardel Massari Presidente	Kleber Cesar Silveira Gomes CFO e Diretor de Relações com Investidores	Philippe Cangussu Della Villa Contador – CRC: 1SP-238400/0-9
--	--	--	------------------------------	---	---

Parecer do Conselho Fiscal da Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.

sem ressalvas, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e opinam favoravelmente pelo seu encaminhamento para deliberação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Cravinhos, 02 de março de 2018.

José Paulo Marques Netto – Conselho Fiscal
Francisco Vicente Santana Telles – Conselho Fiscal
César Augusto Campeiz Neto – Conselho Fiscal

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

intangível decorrente de desenvolvimento e registro de novos produtos. Esse ativo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e julgamentos significativos da administração incluindo, dentre outros, previsão de lançamento dos respectivos produtos, estimativa do ciclo de vida dos novos produtos, geração futura esperada de receitas, margens e desenvolvimento de mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a administração reconheceu perdas por *impairment* no valor de R\$ 990 mil, referentes a projetos em que não são mais esperados benefícios econômicos. Mantivemos essa área como de foco em nossa auditoria uma vez que alterações dessas premissas podem impactar significativamente a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, discussões com a administração sobre os estudos de viabilidade dos novos produtos em desenvolvimento, bem como entendimento dos controles e processos existentes para acompanhamento do andamento de cada projeto até a sua produção e comercialização em escala regular. Obtivemos o entendimento das principais premissas utilizadas na elaboração das projeções de fluxos de caixa dos novos produtos e checamos sua coerência lógica e aritmética. Adicionalmente, inspecionamos em base de testes a documentação suporte de aprovação, pela administração, da baixa dos projetos em que não são mais esperados benefícios econômicos futuros. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **ICMS a recuperar:** Conforme divulgado na Nota 12 às demonstrações financeiras, a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. apresenta, em 31 de dezembro de 2017, saldo acumulado de créditos de ICMS no valor de R\$ 48.724 mil, decorrentes de saídas isentas e da manutenção integral ou parcial dos créditos das entradas, conforme convênio ICMS 100/97. A administração buscou a realização dos referidos créditos mediante pedidos de restituição junto ao Governo do Estado de São Paulo, os quais são operacionalizados com a entrega de arquivos eletrônicos nos termos da portaria CAT 83/2009. Em virtude da relevância do saldo de ICMS a recuperar e da complexidade do processo de preparação e entrega dos referidos arquivos eletrônicos, vis-à-vis as exigências previstas na Portaria CAT 83/2009, essa área continua sendo foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização e testes dos controles internos relevantes sobre o ambiente de tecnologia da informação que suporta a estrutura de controles da Companhia e suas controladas, bem como dos controles associados à geração e registro dos créditos tributários de ICMS. Atualizamos o entendimento e análise em relação aos procedimentos adotados pela Companhia para a tomada dos créditos de ICMS. Nossa abordagem de auditoria também considerou discussões com a administração para avaliar o andamento e os riscos das discussões administrativas e do atendimento às obrigações relativas à entrega de arquivos eletrônicos nos termos da portaria CAT 83/2009, que podem impactar a efetiva capacidade de realização futura dos créditos a recuperar de ICMS. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que as divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com os dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros

contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas


A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nosso trabalho. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência em relação ao grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Foram obtidos de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 02 de março de 2018

	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP 000160/0-5	Maurício Cardoso de Moraes Contador CRC 1PR 035795/0-1 "T" SP
---	--	--